



Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes

Yan Lomba Camargo

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO COMBATE A CRIMINALIDADE

Além Paraíba

2020

Yan Lomba Camargo

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO COMBATE A CRIMINALIDADE

Monografia apresentada ao curso de Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes, Fundação Educacional de Além Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Professor orientador: Dr. Alexander Jorge Pires.

Além Paraíba

2020

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, pois sem ele não seria possível chegar até aqui.

A minha Mãe Fátima do Carmo Lomba e ao meu Pai Gilson Ferreira Camargo por todo esforço e apoio por todos esses anos, sem eles nada seria possível.

A minha namorada Adrielle Porto Machado Nascimento por todo apoio incondicional na minha caminhada, e a todos meus familiares e amigos que estiveram presente nos momentos alegres e difíceis.

Ao meu orientador Alexander Jorge Pires pelo incentivo, simpatia e presteza no auxílio às atividades e discussões sobre o andamento e finalização desta Monografia.

A todos meus professores que estiveram presente nessa minha caminhada, e por todo ensino e paciência que tiveram comigo.

Por último, agradeço à Fundação Educacional De Além Paraíba que me proporcionou um espaço de crescimento profissional e pessoal. Neste lugar vivi momentos que serão guardados e lembrados por toda a minha vida.

RESUMO

Este trabalho é resultado da preocupação com o grande problema do aumento da criminalidade nos grandes centros urbanos e na precariedade na educação brasileira. A educação não é vista como a solução para diminuir a criminalidade pelos governantes do Brasil. Mas muitos escritores renomados sobre os assuntos entendem-se que a educação é a medida mais eficaz na prevenção, combate e redução da criminalidade. Na elaboração do trabalho adotou-se um método indutivo, sempre partindo do particular para o geral, buscando sempre técnicas de pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais, levantando dados estatísticos, tendo como intuito trazer o resultado positivo para a sociedade, mostrando que a criminalidade ela se aproveita das fragilidades que a sociedade e nossos governos deixam expostas, mostrando que o criminoso até chegar nessa nomenclatura, passou por uma educação de péssima qualidade uma base familiar desestruturada, um meio social onde a criminalidade toma conta e uma sociedade que não dá oportunidades para pessoas pobres. O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro trata da história de violência e da criminalidade enraizado na nossa sociedade desde de quanto o Brasil foi descoberto e como a educação era nesses tempos passados. O segundo expõe o crime, a criminalidade e a violência em nossa sociedade e o terceiro fala sobre a educação como forma de prevenção e diminuição da criminalidade.

Palavras Chaves: Educação formal; Educação familiar; Meio social; Crime; Criminalidade; Violência.

ABSTRACT

This work is the result of the concern with the great problem of the increase in crime in large urban centers and the precariousness of Brazilian education. Education is not seen as the solution to reduce crime by the government of Brazil. But many renowned writers on the issues understand that education is the most effective measure in preventing, combating and reducing crime. In the elaboration of the work, an inductive method was adopted, always starting from the private to the general, always looking for bibliographic and jurisprudential research techniques, collecting statistical data, with the aim of bringing a positive result to society, showing that the crime it takes advantage of of the weaknesses that society and our governments leave exposed, showing that the criminal until reaching this nomenclature, went through a poor quality education, an unstructured family base, a social environment where crime takes over and a society that does not give opportunities to poor people . The work is divided into three chapters. The first deals with the history of violence and crime rooted in our society since how much Brazil was discovered and how education was in those past times. The second exposes crime, crime and violence in our society and the third talks about education as a way of preventing and reducing crime.

Keywords: Formal education; Family education; Social enviroment; Crime; Crime; Violence.

LISTA DE GRÁFICOS

GRAF. 1	Nível de escolaridade da população carcerária, 2018.....	21
GRAF. 2	Número de homicídios no Brasil, 2008/2018.....	23
GRAF. 3	Raça da população carcerária, 2018.....	27
GRAF. 4	Taxa de homicídio por 100mil habitantes, 2018.....	33
GRAF. 5	Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, 2009.....	34

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. AS MARCAS DA VIOLÊNCIA EM NOSSA HISTÓRIA	8
2.1 A EDUCAÇÃO E SEU COMEÇO DIFÍCIL.....	12
3. A CRIMINALIDADE ENRAIZADA NA SOCIEDADE	18
3.1 O CRIME ORGANIZADO E SEUS RESULTADOS NA SOCIEDADE	22
3.2 A CRIMINALIDADE ATUANDO NAS CLASSES MENOS PRIVILEGIADAS.....	25
4. A EDUCAÇÃO COMO FORMA DE PREVENÇÃO	29
4.1 A EDUCAÇÃO NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS	35
4.2 A EDUCAÇÃO, O ÚNICO CAMINHO PARA COMBATER A CRIMINALIDADE	36
5. CONCLUSÃO	39

1. INTRODUÇÃO

As cargas históricas são fardos carregados pela sociedade mesmo após o rompimento de algum marco, segundo (PRADO JÚNIOR, 1977). O Brasil ultrapassou vários momentos que de alguma forma florescem e dão frutos até os dias de hoje, podemos citar escravidão e a ditadura como os mais importantes, e ao analisar o que os mesmos carregam, a maior relação que pode ser levantada é a violência como forma de poder e dominação. Apesar de ter data de encerramento, abolição da escravatura, 13 de maio de 1888, e fim da ditadura militar, 15 de março de 1995, os acontecimentos construíram uma sociedade, a mesma se multiplicou e compartilhou seus saberes para seus sucessores, ficando enraizado até atualmente.

Além do senso comum compartilhado entre a sociedade, a parcela que governava os habitantes da nação, sempre interviram na educação dos povos. De acordo com (FIGUEIRA, 2005), a educação mesmo antes de ser direito constitucional, garantido por lei, já era oferecido para as pessoas, mesmo que para uma pequena parcela, a classe mais privilegiada. A mesma servia como fonte de dominação, era controlada diretamente por quem estava no poder, e censurada se houvesse razão.

Na opinião de (BEVILAQUA, 1896), o meio é de grande importância para a formação do ser humano, na formação da índole e caráter do mesmo. Ou seja, toda a carga, toda a segregação tem impacto no indivíduo. Tais fatores devem ser levados em consideração ao analisar dados estatísticos da criminalidade no país. Visto que ninguém nasce um criminoso, mas pode se tornar um devido as condições do ambiente em que foi criado, seja ele familiar ou material.

Quando levantada a questão da mudança de uma sociedade a educação é ponto fundamental de debate, visto que a mesma transforma perspectivas. Para (ROMANELLI, 1995), não é tão simples mudar, romper crenças, saberes e verdades que são construídas ao longo dos anos. Ainda assim, a mesma pode ser instrumento potencial para ocorrência do mesmo, quando bem construída e oferecida de maneira igual aos indivíduos de uma sociedade, sem que ocorra qualquer tipo de segregação ou benefício. Podendo mudar os frutos ao longo dos anos, construindo uma nova sociedade.

2. AS MARCAS DA VIOLÊNCIA EM NOSSA HISTÓRIA

A violência, apesar de ser uma problemática atual, está presente desde quando o Brasil foi descoberto. Onde os colonizadores assim que chegaram às terras brasileiras, usaram do poder autoritário e de seus instrumentos para escravizar os povos nativos, desta maneira mudando todo o conceito de sociedade e de cultura que os índios tinham, os nativos foram sequestrados no seu tempo e no seu espaço, além de sofrer violência como forma de castigo por um ato que os colonizadores não julgavam corretos, e as mulheres eram estupradas pelos homens portugueses.

Segundo (MATTOSO, 1990), as tribos indígenas ainda sofreram com as doenças que os colonizadores trouxeram para o Brasil, como Sífilis e a Tuberculose, que foram responsáveis pelo o aumento de mortalidade dos povos nativos da região. Todas as tribos que eram resistentes aos atos dos portugueses eram exterminadas de maneira cruel, desta maneira os portugueses colonizaram um país que pertencia aos índios, de maneira violenta e cruel.

Assim, os portugueses escravizaram os povos indígenas, e começaram a trazer suas culturas para o país, o primeiro serviço que os indígenas tiveram que realizar foi trabalhar no cultivo de cana de açúcar, que era plantada em terras brasileiras, porém todo o lucro era investindo em Portugal, tendo em vista que a cana de açúcar se adaptou muito bem ao solo brasileiro e que os povos indígenas não eram suficientes para a produção crescer da maneira que eles desejavam, os mesmo começaram a trazer os escravos africanos para o país.

Conforme (CUNHA, 2000), com a chegada dos povos africanos foi a consolidação do regime de escravidão e violência no Brasil, onde eram usados troncos, chicotes e correntes, sendo o marco da escravidão, que tinha como principal ideal a tortura e o sacrifício do trabalho forçado. O povo africano foi considerado peça fundamental nos trabalhos braçais e de grandes esforços, sendo tratado como animal, através de agressões físicas, verbais e morais.

Isso mostra que o Brasil sempre sofreu com atos violentos, onde o povo que habitava o país era escravo dos colonizadores, que utilizavam de armas e atitudes para intimidar os povos indígenas e os povos africanos. Desta forma a violência atual e a desigualdade social e racial, é o reflexo da descoberta do Brasil pelos portugueses, que foi atrelado a violência verbal, moral e física praticada na época, apesar de tantos anos podemos ver que tudo o que aconteceu formou a sociedade atual, desta maneira tudo que hoje é um grande problema para o país foi sendo construído do ano de 1500, até os dias atuais, onde a sociedade aprendeu a conseguir as coisas com a violência e de forma incorreta.

Para explicar as diversas formas de violência é problemático postular qualquer centralidade explicativa, seja ela, por exemplo política, econômica, cultural. Ao evocar traços políticos ou culturais, tais como processo colonial, escravidão, tradição patriarcal, ou mesmo machismo, racismo etc., temos que levar em consideração que não há novidade nestas considerações, porém elas trazem o desafio de retirarmos delas as devidas consequências. (RIFIOTIS, 2006, p. 2)

O Brasil passou por vários momentos históricos marcantes, que tiveram grande influência na construção econômica, política e social da sociedade brasileira, um dos primeiros marcos históricos foi a independência em 1822 que foi uma conquista de muita valia, tendo em vista que depois de anos sendo escravizados por Portugal e vendo todos os seus bens naturais e econômicos serem explorados de maneira violenta e abusiva. Com a independência a nação brasileira começou a caminhar com suas próprias pernas, mesmo com todas as raízes históricas que a colônia portuguesa implantou na mentalidade da sociedade.

Já em 1888 ocorreu um marco que por muitas pessoas pode ser considerado o mais importante da engrenagem histórica do Brasil, que foi a abolição da escravatura, onde os escravos que viviam de maneira cruel, tiveram a primeira experiência em ser pessoas livres e serem pagos pelos serviços prestados ao seus patrões, desta maneira diminuindo muito o trabalho escravo e a crueldade que os mesmos tiveram que enfrentar para continuar vivos, com a abolição, a sociedade brasileira deu um grande passo para construção de uma população mais justa, mas apesar dessa grande conquista da federação Brasileira, o preconceito enraizado não permitiu que os povos escravizados fossem tratados igualmente por toda sociedade

Mesmo diante dessas memoráveis conquistas culturais e políticas, a mentalidade imposta pela federação Portuguesa não permitiu que as práticas autoritárias fossem exterminadas da sociedade, diante disso as agressões físicas e morais continuaram sendo executadas como maneira de domínio e estigmatização direcionadas a população pobre, iletrada e negra.

A sociedade brasileira tradicional, a partir de um complexo equilíbrio de hierarquia e individualismos, desenvolveu, associado a um sistema de trocas, reciprocidade na desigualdade e patronagem, o uso da violência, mais ou menos legítimo, por parte de atores sociais bem definidos. Neste cenário social, a manipulação do poder, a corrupção e o uso da força, teve um papel fundamental na estruturação do sistema social da época, o que muitas vezes pode ter conduzido há uma legitimação velada destes atos na constituição da sociedade brasileira. (VELHO, 2000, p. 57).

Para (PRADO JÚNIOR, 1977), a violência no Brasil, se associa diretamente com os momentos históricos que foram vivenciados pela sociedade de maneira injusta, praticados por uma elite que se consolidou graças a um regime de exploração autoritário de características

conservadoras, tendo em vista todas essas filosofias disseminadas como sendo a maneira correta de se viver, a sociedade brasileira foi sendo construída de maneira desigual e violenta, mesmo depois da sua independência e da abolição da escravatura a população continuou com seus preconceitos sociais e econômicos que persistem na comunidade social dos dias atuais, onde o acesso à educação e aos melhores empregos, estão muito mais acessíveis a elite brasileira do que as pessoas que residem em comunidades carentes.

A brutalidade sempre andou lado a lado com a colonização do Brasil, foi sempre o caminho usado para a dominação e exploração dos povos, sendo implantada como parte da cultura, desta maneira a violência e a crueldade eram tratadas como uma atitude comum no meio da sociedade, onde os índios inicialmente foram massacrados e violentados, em seguida os negros foram submetidos ao trabalho escravo e aos castigos cruéis. Como exemplo destes castigos, segundo (MATTOSO, 1990), o retalhamento das nádegas com faca e cauterização das fendas com cera quente; chibatadas e exposição ao tronco; palmatória, uma argola de madeira parecida com uma mão para golpear as mãos dos escravos; o pelourinho, onde se dá o açoite: o escravo fica com as mãos presas ao alto e recebe lombadas de acordo com a infração cometida), a violência desmedida estruturava as relações na colônia.

Os povos negros passaram por momentos de desumanidade, onde sofreram todos esses castigos e foram submetidos aos piores serviços da época. A dívida histórica que o povo brasileiro tem com os povos africanos é irretratável apesar de qualquer lei ou direito que seja prescrito em favor deles, pois todo sofrimento causado nos anos de escravidão, nunca será apagado da memória sangrenta da história.

De acordo com (FREYRE, 1997), em 1888, com a suposta abolição da escravidão, após anos de práticas violentas, a sociedade brasileira no fim do século XIX, teve grandes expectativas sobre o novo conceito de sociedade e criação de uma nova nação, neste período ainda sem discussão de direitos sociais e direitos humanos para a população, com a abolição da escravatura, um novo caminho foi seguido para a substituição dos trabalhadores escravos, foi a chegada de grandes famílias imigrantes que vieram em busca de vidas melhores no Brasil, mas diante de toda violência enraizada na sociedade brasileira os mesmos sofreram a violência e precarização do serviço, mesmo não sendo escravos.

Desta forma a escravidão não terminou, apenas mudou a naturalidade dos povos que começaram a sofrer com a crueldade e a violência imposta por seus patrões, tudo isso demonstra a força da violência que foi enraizada na sociedade, onde a partir do momento que os escravos começam a resistir à imposição e agressões dos seus “donos” e percebem a força que eles possuíam a partir do momento que se uniam, os patrões vão em busca de um novo povo para

se escravizar e ter o controle em cima desses seres humanos que são obrigados a viver em precariedade e sendo submetidos a vários tipos de violência, como moral, social e racial.

Levando em conta (LEAL, 2012), diante desses vários problemas do Brasil, no final do século XIX, a “nova” sociedade aparece sem nenhuma organização social, tendo em vista que as pessoas responsáveis pelo poder do Brasil estavam presas ainda a lógicas similares à escravidão dos anos anteriores, desta forma a nação brasileira se torna uma sociedade sem direção e conceitos para seguir uma nova forma de pensar e agir diante da liberdade de todos os povos que viviam no país, por consequência a elite brasileira se encontra com um grande problema, pois quem eles iam colocar pra trabalhar da forma que eram exigidas por eles, onde os seus escravos tinham que ser tratados como animais e sofrer todo tipo de violência sem direito nenhum para reivindicar.

Somente a partir do século XX, a mudança de pensamento foi possível, com a revolução conhecida como a revolução dos anos 30, começou a se pensar em viabilizar a fundação da nação brasileira de forma efetiva, desta maneira colocando fim na República Velha e as suas lógicas ultrapassadas, desta forma criou grande expectativas a criação da república democrática no país, tendo como sua principal filosofia os direitos sociais para toda a população, porém toda essa ideia da criação de uma república democrática foi frustrada, devido ao direito político que foi tratado com desleixo pela a elite brasileira .

Para (GRAMSCI, 2001), diante disso novamente o Brasil voltou a regredir na sua construção de sociedade, onde a ideia de direitos sociais para todos deu lugar a centralização do poder, ao anticomunismo e ao autoritarismo nas decisões que tinham relação com o povo, a esperança deu lugar novamente ao medo que a elite tinha como sua principal arma para obrigar aos menos favorecidos a viver de maneira cruel e sem direito algum, tornando o país novamente um lugar onde só os mais ricos e de famílias chamadas de “sangue azul” podiam ter seus direitos e confortos assegurados sem nenhuma ameaça das classes pobres.

Outro marco da nossa sociedade violenta foi a ditadura militar que teve seu início em 1864 onde a sociedade vivenciou um cenário de terror, onde as pessoas eram coordenadas pelos militares e qualquer pessoa que pensasse diferente do que era imposto por eles eram alvos de atos violentos e muitas vezes até a morte desses indivíduos.

Na opinião de (AGAMBEN, 2004), a ditadura foi um momento da história da sociedade brasileira que exerceu a violência como poder do estado, desta maneira tornando todos os direitos conquistados como inválidos, a população passou por tortura como castigo a resistência do regime militar, que o Estado dava ordem para polícia política castigar e matar quem colocasse em perigo o seu poder, o derramamento de sangue foi cruel, o país era governado

pelo autoritarismo, o Poder executivo comandou o Legislativo e o Judiciário era palco da censura e prisão dos inimigos políticos.

Todos esses marcos históricos, fizeram com que a sociedade definisse a violência como um ato que demonstra poder e conquista, e nos dias atuais a mesma violência foi enraizada em nossa sociedade e perpetua como forma de conquista e poder, onde o homem quer mostrar ser o sexo mais forte agredindo sua esposa, os bandidos querem tomar conta das favelas, a polícia trata a população negra como marginais, o estupro cada dia mais se torna comum em nossa sociedade, e o Estado continua sendo omissos a todos esses problemas da nossa sociedade, o século pode ser diferente mas os problemas continuam sendo os mesmos.

2.1 A EDUCAÇÃO E SEU COMEÇO DIFÍCIL

A educação sempre foi peça fundamental para a construção da sociedade, a didática atual tem o reflexo de uma luta que começou trinta anos depois do chamado descobrimento do Brasil, embora o governo de Portugal não se preocupasse muito em educar os povos indígenas que aqui já se encontravam, já que tinham o pensamento de explorar as terras e seus benefícios enviando todo o lucro para Portugal, mas no começo a ideia que os colonizadores tinham em mente enfrentou algumas dificuldades, entre elas o fracasso das capitânicas hereditárias, que tinha como objetivo dividir toda a terra que os portugueses conquistaram em 15 lotes.

Segundo (RIBEIRO, 2000), alguns fatores levaram o governo português a mudar sua posição em relação à Colônia e, implementar a colonização como o fracasso das capitânicas hereditárias; a escassez do pau-brasil na região costeira; a não submissão dos nativos ao trabalho escravo; as dificuldades em encontrar ouro e pedras preciosas e os sérios riscos de perder o território para a França.

Diante do fracasso da ideia de colonização, a coroa portuguesa foi forçada a mudar o jeito de colonizar, desta forma adotou o conceito de povoamento, para ter êxito nesse novo conceito de colonização era de extrema urgência que os chamados selvagens fossem convertidos à fé cristã, tendo em vista que se os povos indígenas não aceitassem o cristianismo eles não concordaram em trabalhar nas lavouras e nem em outros serviços e com frequência atacavam os povoados onde tinham as elites.

O primeiro contato com a educação que o povo brasileiro teve foi através da catequese que era uma forma de estudo da fé cristã, que foi o meio encontrado pelos colonizadores para controlar as investidas indígenas e ao mesmo tempo criar mais condições para avançar no processo de colonização, desta maneira o contato da educação que foi implantado tinha como

objetivo apenas escravizar os povos indígenas, mudando o conceito de crença, desta forma evitando que os mesmos resistissem a imposição dos trabalhos escravos que os colonizadores realizavam.

Em 1549, que o processo de catequização foi implantado de maneira efetiva, onde um grupo de jesuítas chegou a província de Santa Cruz, com intuito de catequizar os nativos, apenas 15 dias depois da chegada, ergueram a primeira escola elementar brasileira, tendo como mestre o Irmão Vicente Rodrigues, se tornando o primeiro professor nos moldes europeus e durante mais de 50 anos passando os ensinamentos da fé religiosa, segundo (NISKIER, 1969), foi considerado o primeiro educador do Brasil.

Para (ARANHA, 2005), os padres jesuítas que chegaram ao Brasil não só ensinaram as primeiras letras, foram além e abriram cursos de Letras e Filosofia, que na época eram considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, desta forma formando sacerdotes para aumentar o número de pessoas para a companhia jesuíta.

Depois de todo o esforço dos padres jesuítas em levar o mínimo de educação para os povos indígenas de maneira gratuita, os jesuítas enfrentaram um momento de extrema dificuldade, esse momento se inicia a partir do momento que Sebastião José de Carvalho e Melo conhecido como Marquês de Pombal assume como primeiro Ministro do Brasil. Para Figueira (2005) e ao nomeá-lo tinha como intenção recuperar a economia, os poderes da realeza e buscando reforçar todo o pacto colonial que sempre foi implantado na sociedade.

No decorrer do século XVII, cresce a animosidade contra a Companhia de Jesus. O governo temia o seu poder econômico e político, exercido maciçamente sobre todas as camadas sociais ao modelar-lhes a consciência e o comportamento. Ainda mais, desde os tempos de Nóbrega, a coroa se compromete a destinar-lhe uma taxa especial de 10% da arrecadação dos impostos, além de doação de terras. A Companhia tornara-se então muito rica, com todos esses benefícios, mais a produção agrária das missões, altamente lucrativa. (ARANHA, 2005, p. 133).

Seus primeiros atos no poder, segundo (FIGUEIRA, 2005) era o aumento de impostos sobre produto importados, criação da Companhia dos Vinhos do Douro, incrementou a produção agrícola e a construção naval, reformou a instrução pública, fundou várias academias e reorganizou o exército português.

A partir do momento de todas essas mudanças, começam uma perseguição severa contra a Companhia Jesuítas que foi a grande responsável em levar um pouco de educação e dignidade aos povos. Para justificar toda essa perseguição aos jesuítas, era falado que eles eram um empecilho nos seus planos, tendo em vista que os mesmos atrapalhavam a conservação do poder

econômico e político, pois os jesuítas estavam preocupados em ensinar ao povo o jeito humano de ver a sociedade e não levando para os povos os interesses do império.

Pode-se questionar a validade do ensino dos jesuítas na formação da cultura brasileira, mas é indiscutível que de início foi prejudicial o desmantelamento da estrutura educacional montada pela Companhia de Jesus. Os bens dos padres são confiscados, muitos livros e manuscritos importantes destruídos, nada sendo repostos. (ARANHA, 2005, p. 134).

Desta maneira mostrando que o que aconteceu no início da trajetória histórica do Brasil, se reflete hoje na sociedade onde os nossos governantes preferem uma sociedade ignorante do que uma sociedade que pense, pois quando se constrói uma sociedade que pensa, isso atrapalha toda estrutura de domínio que o governo quer impor a população.

Em 1772, após a reforma pombalina como foi chamada pelo povo em referência ao marquês de pombal, o Brasil deu seus primeiros passos na criação de um ensino público, depois da queda dos jesuítas como professores, os índios foram proibidos de fazerem parte do sistema de ensino que era imposto pelo governo, porém a parte positiva dessa mudança foi que o professor passou a ser uma figura central do processo educacional.

O Marquês de Pombal foi à figura-chave do governo português entre 1750 e 1777. Sua gestão foi um perfeito exemplo de despotismo esclarecido, forma de governo que combinava a monarquia absolutista com o racionalismo iluminista. (FIGUEIRA, 2005, p. 187).

Diante disso começou uma nova era, onde as aulas tinham como ensinadores, docentes concursados, onde eram funcionários do Estado, curiosamente as aulas eram realizadas na própria casa dos professores, tendo em vista a falta de lugares para se dar prosseguimento às aulas, muitos jovens ficaram sem acesso as aulas ministradas, outro grande problema que o governo Português enfrentou foi a falta de professores capacitados para realizar a função de ensinar.

Além disso, para (FIGUEIRA, 2005), outro grande problema do início da educação pública imposta pelo Marquês de Pombal, foi que não tinha um sistema de idade escolar, as crianças começavam a estudar a partir dos sete anos e não tinham um limite para parar com os estudos, desta maneira os conhecimentos que eram passados para as crianças e os adolescentes se misturavam diante de não ter uma estrutura que separasse as crianças de acordo com sua idade e com os seus conhecimentos.

Diante disso o ensinamento que foi oferecido pelo governo teve muito menos alcance e efetividade, do que o ensinamento que era executado pelos Jesuítas, onde tinham uma estrutura,

que era mais preocupada com o aprendizado que com o interesse do governo de Portugal, assim ajudando muito mais a sociedade ter uma educação de qualidade, do que a imposta pelo Marquês.

Em 1808 acontece um dos momentos mais importantes da história da educação, com a chegada da Família Real, grandes mudanças aconteceram na educação, e aos poucos começa a se construir novos planos para o ensino no país, que ficou conhecido com o ensino imperial, desta forma a educação dá um grande passo na sua construção, onde com o ensino imperial imposto pela Família Real se estrutura o ensino em três níveis: primário, secundário e superior.

Apesar do passo importante para o novo conceito de educação, teve um grande problema para a população pobre, onde o governo pouco investiu em educação pública, onde a maioria das escolas eram de esferas privadas, tendo em vista a grande extensão do Brasil era impossível disciplinar e organizar educação para todos da população nacional, pois além dessa dificuldades, ainda tinha a grande escassez de recursos financeiros e grande carência de recursos humanos e técnicos, diante disso começa a surgir várias maneiras de se educar, cada classe se virava do jeito que tinha condição.

Sem a exigência de conclusão do curso primário para o acesso a outros níveis, a elite educa seus filhos em casa, com preceptores. Para os demais segmentos sociais, o que resta é a oferta de pouquíssimas escolas cuja atividade se acha restrita à instrução elementar: ler, escrever e contar. (ARANHA, 2005, p. 155).

D.João VI chega a apresentar projetos para a organização da educação primária, entretanto os projetos apresentados não foram satisfatórios para a demanda que era necessária, e o ensino primário continuou com os seus moldes da escola, que eram basicamente aprender a ler e escrever, e ainda com o grande problema de toda época que era a escassez de professores para o número de alunos que dependiam do sistema educacional.

A camada intermediária procura, sobretudo os cursos de direito, não só para seguir a atividade jurídica, mas para ocupar funções administrativas e políticas ou dedicar-se ao jornalismo. Além disso, o diploma exerce uma função de 'enobrecimento'. (ARANHA, 2005, p.153).

Desta maneira a Família Real teve uma grande influência no avanço dos níveis da educação, mas sem muito êxito na organização e igualdade para todos ter os mesmos acessos a todos os níveis que eram propostos pela a ideia dos mesmos, desta maneira a ideia era satisfatória, mas a execução não foi de grande valia para a construção de uma sociedade mais sábia e menos ignorante.

Segundo (FIGUEIRA, 2005) o império chega ao final do XIX, completamente decadente e sem governabilidade nenhuma, tendo em vista que seus projetos econômicos e políticos foram todos de maneira geral um fracasso, pois não correspondia a necessidade do povo, especialmente a classe média, a mesma era a classe mais insatisfeita com o governo imperial, mas por não fazer parte da elite brasileira não tinha forças suficiente para derrubar o império. A solução encontrada foi os cafeicultores se juntarem aos militares que em grande parte pertencia à classe média e buscando apoio de outros pequenos grupos que também estavam insatisfeitos com o governo.

Desta maneira proclamaram a República em 15 de novembro de 1889, após a proclamação da República, foi escolhido para chefiar o Governo Provisório Marechal Deodoro da Fonseca, que escolheu civis e militares para compor o seu ministério, começam a nascer divergências entre e os aliados e a crise começa a tomar conta do Governo, especialmente entre os cafeicultores, onde se inicia a disputa entre São Paulo e Minas Gerais, conhecida como a política do café com leite.

“Assim nasceu a chamada política do café com Leite, por meio da qual a oligarquia mineira e paulista passou a se revezar no poder até 1930”. (FIGUEIRA, 2005, p. 300).

De acordo com (PRUDENTE, 2008), o desinteresse do novo regime pela educação ficou evidente na promulgação da primeira Constituição em 1891, que não tinha nenhum espaço para se falar na obrigatoriedade da escolarização, desta forma a população começa a levantar movimentos que pedem reformas na educação sendo de livre acesso para todos, depois de todos esses movimentos a primeira reforma aconteceu em 1892, onde tinha como principal objetivo formar professores atualizados ao novo modelo de educação.

Para (ARANHA, 2005), mesmo diante desse passo para tentar melhorar o sistema educacional do Brasil, não se teve êxito nos resultados da taxa de alfabetização, tendo em vista que no final de 1890 a cifra era de 67,2% de pessoas analfabetas, que era uma herança da fase imperial onde a educação sempre ficou em último plano, essa taxa ainda teve uma grande alta em 1900 quando chegou a 75% de analfabetos, desta forma que a população praticamente toda não tinha acesso ao básico da educação.

Os primeiros anos do novo regime não apresentaram condições favoráveis às reformas que todos consideravam urgentes no plano educacional. Em 1894, foi criado o Ministério da Instrução Pública. Naquela época havia, excetuando-se as crianças abaixo da idade escolar 67% de brasileiros totalmente analfabetos. A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 banuiu inteiramente o ensino religioso das

escolas bem como a assistência religiosa nos quartéis, nos hospitais e nas prisões, blasonando, no entanto da sua intenção de civilizar e moralizar o Brasil. (PEETERS COOMAN, 1969, p. 146).

Desta forma, mesmo depois de anos, a educação diante de tantos projetos não conseguiu resolver o maior problema que era ser igual para todos, isso mostra que a grande herança que a colonização deixou e que somente a elite brasileira tinha direito de ter um sistema de educação, desta forma impossibilitando as classes menos favorecidas de ter o mínimo de dignidade, onde esse pensamento era muito interessante para os colonizadores, tendo em vista que quanto maior a ignorância do povo, mais fácil é de dominar e ter aquela população aceitando tudo que era imposto pelo Estado.

3. A CRIMINALIDADE ENRAIZADA NA SOCIEDADE

Como exposto no capítulo anterior, o Brasil tem problemas com a criminalidade desde que foi descoberto, e todos esses problemas atravessaram gerações, e desta maneira tudo que se viveu no passado está enraizado na construção da sociedade atual, uma sociedade desigual violenta e injusta.

Desta forma o indivíduo não nasce criminoso, ele se torna criminoso por vários fatores que estão implantados na população, o meio onde ele vive, a desigualdade social, a falta de educação e o mínimo para sobreviver, todos esses problemas são marcas da nossa história, onde os ricos são uma pequena parte da população que possui vários privilégios e os pobres que são grande parte da população não tem direito a nada que deveria ser oferecido para se viver.

No crime, como no direito, e mais visível naquele do que neste, há um aspecto puramente biológico: são as raízes, os fundamentos, as condições primárias. Mas esse bolo não germinaria si não encontrasse o meio social. Dahi o aspecto social do direito do crime, o qual é consideravelmente preponderante (BEVILAQUA, 1896, p. 20).

Desta maneira, segundo (BEVILAQUA, 1896), o meio social tem grande relevância na formação da personalidade do indivíduo, se o ser humano nasceu em uma comunidade onde o crime organizado toma conta, onde o governo não leva o mínimo para as pessoas sobreviverem, ele estará muito mais perto da criminalidade do que perto de estudar e ter uma profissão, tendo em vista que o meio social dele demonstra que para a pessoa ter algo vivendo na "favela" ela tem que fazer parte do crime que comanda aquela região.

Então, para combater a criminalidade, é necessário mudar a estrutura do Brasil, começar diminuindo a desigualdade entre as classes, dar o mínimo para as pessoas viverem, que é um direito assegurado na Constituição Federal de 1988, todos devem ser considerados iguais pelo o Estado, outra grande arma contra a criminalidade e a educação ela pode transformar pessoas e principalmente transformar vidas.

Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

[...] ajuda a pensar tipos de homens. Mais que isso, ela ajuda a criá-los, através de passar de uns para os outros o saber que os constitui e legitima. Mais ainda, a educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolve as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto constroem tipos de sociedades (BRANDÃO. CARLOS RODRIGUES. O que é Educação. p.11).

A educação pode mudar a sociedade, se todos as pessoas tiverem acesso à mesma, através dela se constrói pessoas com opiniões, pessoas que sabem o que querem, que vão buscar uma vida melhor, se o ensino de qualidade chegar para todos, principalmente dentro das comunidades, a oportunidade de vida das pessoas que residem ali vai ser diferente, elas terão outro caminho para conseguir ter uma vida digna sem ter que fazer parte da criminalidade.

Era entendido por (FREUD, 1914) que o homem ele não nasce civilizado, ele pode ser tão selvagem quanto qualquer outro animal, ele será civilizado se for criado e educado em um ambiente propício que se tenha pessoas civilizadas e que passe para esse novo ser ensinamentos e educação para ele se tornar um cidadão correto.

Desta forma, para (VILLAMARIN, 2002) não basta adotar um bebê da melhor herança genética possível, para depois termos um adulto que seja brilhante. Para ele se tornar brilhante é preciso todo um processo de aprendizado, e a educação dentro desse processo é o mais difícil na construção do sujeito. Pois a educação vai além do conhecimento das matérias, ela tem importância fundamental para a sociedade em moldar cidadãos com ética e respeito pelo próximo, por isso é necessário que os governos assumam inteiramente a responsabilidade que lhes cabe, com intuito que toda criança de qualquer classe tenha uma educação de qualidade.

Na opinião de (ROMANELLI, 1995), a educação para o desenvolvimento, numa realidade muito complexa, como é a brasileira, não é um contexto fácil de construir uma educação de qualidade para todos, pois a população tem como principal característica o desnível social e econômico, e a ação educativa processa-se de acordo com a compreensão que se tem a realidade social em que se está imerso.

Outra grande arma de grande valia para o combate à criminalidade é a educação familiar, tendo em vista que a educação começa a ser construída dentro de casa, quando se têm uma família estruturada, a chance do cidadão de ter uma vida estável e correta aumenta muito, pois é dentro da sua própria casa ali no seu meio que o ser humano vai começando a ser ensinado o que é certo ou errado dentro da sociedade.

Segundo Bronfenbrenner fala que não só a família, formada por uma mãe, um pai e um filho, como também a família extensa, composta pelos ascendentes e parentes mais ou menos distantes desse mesmo filho, em princípio, possa ser o principal responsável pela educação das crianças, uma boa parcela desta responsabilidade cabe a todas aquelas pessoas que detêm algum poder ou influência na economia, na política, na ciência e na cultura de um povo. (Urie Bronfenbrenner. A ecologia do desenvolvimento humanos. 1914. p.112).

No mesmo pensamento Kaloustian, diz que a família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao

desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde os laços de solidariedade. (Kaloustian, S.M. Família Brasileira. 1988.p.211).

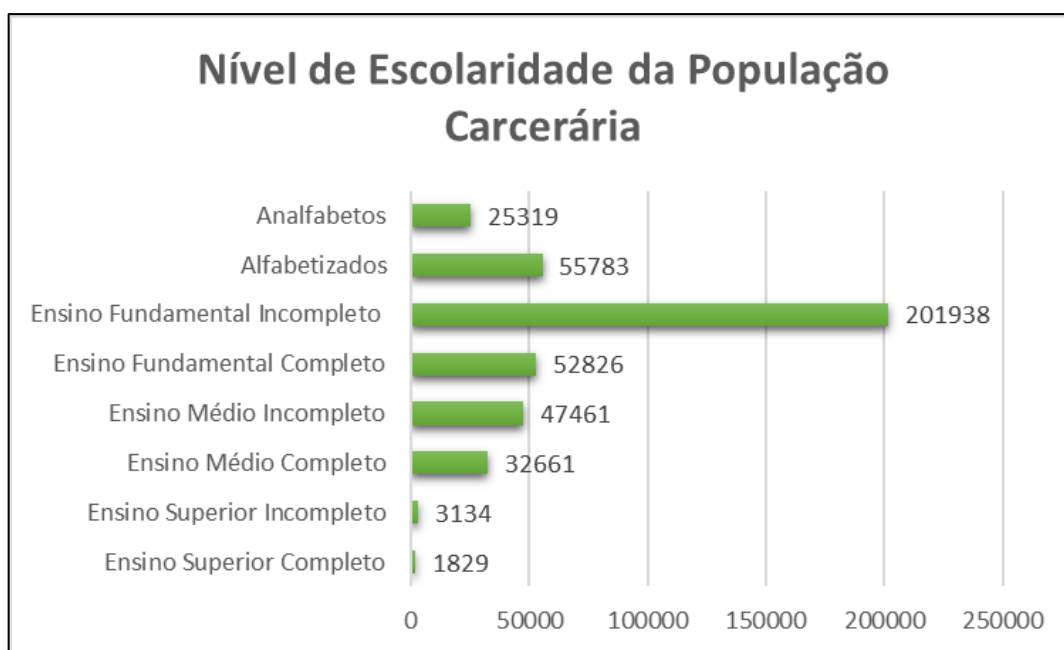
Para (VILLAMARIN,2002), é quase impossível que os pais tenham condições de garantir que seus filhos não causarão graves danos a outras pessoas ou a própria sociedade, por terem sido mal-educados, da mesma maneira que não pode dar garantias de que ele, ou seus filhos terão condições de ressarcir os danos que vierem a causar a terceiros ou ao Estado como consequência de educação deficiente.

Desta forma ninguém pode garantir que a pessoa tendo uma educação de qualidade e um lar estruturado ela não irá cometer um crime, mas a chance de a pessoa ter um outro caminho para buscar isso já faz a pessoa repensar qual o caminho a se seguir, desta maneira a educação ela pode abrir várias portas para um morador de comunidade que tem toda uma estrutura que leva ele para a criminalidade.

De acordo com (VILLAMARIN,2002), a maioria dos pais empregam seus melhores esforços no sentido de obter sucesso e dinheiro, acreditando que a essas são a maneira de construir uma família sólida e educar seu filho de maneira correta, às vezes passando despercebido a educação familiar que é muito mais importante que o sucesso e dinheiro para a construção de um cidadão melhor.

No gráfico abaixo isso fica claramente exposto, que a grande população carcerária possui um nível escolar muito baixo, ficando evidente que a falta de educação é um grande fator para o ingresso no mundo do crime, e a falta de investimento pelos poderes públicos na educação, é um grande aliado para o aumento de pessoas na criminalidade mostrando o grande problema da sociedade atual.

Gráfico 1



Fonte: Depen/MJ, 2018

Com tudo que foi exposto até aqui, para (MORIN,2001), isso demonstra que o crime é um fenômeno de ampla complexidade, envolve a conduta humana individual, a sociedade, a relação entre ambos, o controle social, o poder público, a violência enraizada e falta de investimento na educação para todos, isso demonstra que o crime ele está muito além de apenas uma pessoa ter a coragem de matar alguém, de vender drogas, para chegar até esse resultado ele teve toda uma má estrutura social e econômica.

Segundo (DEMO, 2001), o que se coloca de forma menos perceptível as análises superficiais e que se evidencia diante de uma abordagem complexa é que, dada as desigualdades econômicas, os agentes históricos que disputam poder, prestígio, oportunidades, vantagens e lideranças passam a usar essas desigualdades a seu favor, muitas vezes se valendo do poder que possuem para construir as regras, sob a forma da lei.

Conforme (COIMBRA,1995), os valores voltados à criminalização por classes sociais baixas, balizada por questões étnicas e pré-conceitos históricos, e a construção de situações de risco decorre do sistema de valores e acaba por traçar a linha de fronteira não real entre os “bons” e os “maus”. Crenças essas que envolvem ditos como “bandido não é gente” e “bandido bom é bandido morto”, como se fosse possível ao bandido qualquer ingerência no processo de construção da definição do “ser bandido”.

Desta forma a criminalidade está ligada a situação econômica, cultural, o meio social onde se vive, a falta de educação e oportunidades, e a base familiar, todos esses conceitos estão

ligados diretamente na criação do ser humano, então julgar um bandido como se ele não fosse ser humano e merecesse morrer por ser bandido, isso é um conceito radical, pois o bandido ele foi criação de vários problemas sociais, desta forma a dívida que a sociedade e os governantes têm com essas pessoas é grande, desta forma tentar ressocializar esse ser que errou é o mais correto a se fazer, para dá uma oportunidade e consertar o erro cometido na construção do cidadão.

3.1 O CRIME ORGANIZADO E SEUS RESULTADOS NA SOCIEDADE

Segundo (ALMEIDA,2006), o fantasma da violência vem ocupar os espaços de insatisfação com a vida, explicando a dificuldade que as pessoas sentem em agir de forma que restaure a paz interior. A violência mitificada representa o mal que se espalha pela sociedade. Desta maneira, o elemento dramático que reveste o crime violento faz que sua imagem sirva de modelo para a construção de todo um processo de espetacularização da “onda crescente de violência que assola o país”.

O crime organizado é reforçado pela situação de crescimento da penúria em todo o mundo, o que é revertido em maior força social para este setor da sociedade moderna. O combate ao crime é a medida preconizada por muitos para desestruturá-lo. O aumento da violência estatal torna-se o remédio sugerido ao invés da resolução dos problemas sociais gerados pelo próprio neoliberalismo. (VIANA, NILDO. Os valores da sociedade moderna. Brasília. 2007).

Indo de encontro com (VIANA, 2007), a repressão ao crime não tem sido muito eficaz tendo em vista que população carcerária mundial cresceu vertiginosamente a partir dos anos 80 e isto reforça a base social da criminalidade, ao invés de enfraquecê-la, pois as prisões proporcionam união, contato, redes, organização. Se não houver uma mudança social de grandes proporções, a tendência é aumentar a violência criminal e estatal, que se reforçam mutuamente.

Além disso, para o mesmo (VIANA, 2007), na segunda metade da década de 70, onde começou a reestruturação produtiva, do neoliberalismo e da chamada globalização, o desmantelamento do chamado Estado de Bem Estar Social e a diminuição dos investimentos estatais em políticas de assistência social que lhe acompanha, aliado com a precarização do trabalho, o aumento do desemprego, entre outros, desta forma aumentando a criminalidade e fazendo que o crime organizado que hoje comanda muitas comunidades fosse reforçado por toda a situação que deu início na década de 70.

Desta forma a criminalidade se torna uma estratégia de sobrevivência para setores mais carentes da sociedade, seja pela ação individual e direta ou seja pelo aliciamento feito pelo crime organizado, e também não podemos descartar o fato do capitalismo que faz as pessoas lutar por status, poder, riqueza que brota no terreno da competição social, elemento característico da sociedade moderna, e as classes menos favorecidas encontram no crime organizado todos esses fatores que a sociedade julga como vida ideal para se ter sucesso, pois um ser humano realizado ele precisa ter status, riqueza e poder.

Gráfico 2



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

O Gráfico acima demonstra como a criminalidade tem feitos vítimas na sociedade, como principal resultado, é possível destacar que a taxa de homicídios no Brasil caiu ao menor patamar dos últimos quatro anos, sendo registrados 57.956 casos, o que corresponde a uma taxa de 27,8 mortes por 100 mil habitantes. Tal queda pode ser explicada por alguns fatores, reunidos em três blocos: i) pela continuidade da trajetória de diminuição de homicídios na maioria dos estados, já observada nos anos anteriores, até 2017 (relacionada à mudança no regime demográfico – que fez diminuir substancialmente na última década a proporção de jovens na população –, com o Estatuto do Desarmamento e com o amadurecimento qualitativo das políticas estaduais); ii) pelo armistício (velado ou não) entre as maiores facções penais nos conflitos ocorridos, principalmente, em seis estados do Norte e Nordeste do país; e iii) pelo aumento recorde do número de Mortes Violentas com Causa Indeterminada (MVCI), que pode ter ocultado milhares de homicídios. (IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.)

De maneira geral, os dados apontam para uma incerteza sobre a tendência dos homicídios para os próximos anos. Isso porque, se, por um lado, a questão demográfica e a experiência acumulada de boas políticas públicas locais influenciam no sentido de diminuir os homicídios, por outro, a política armamentista e a

instabilidade no processo de guerra e paz entre as facções penais conspiram a favor da ocorrência de mais mortes no país. (IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.)

Não há que se negar que a prevenção e a orientação lógica a ser adotada quando se procura evitar o acontecimento. Compreendendo toda uma gama de relações sociais, o ato criminoso é muito mais do que mero acometimento ilícito. Cuidando-se do indivíduo em suas relações sociais, evidente que a estar-se-á colaborando para prevenir o delito.

Como na medicina que tem como dogma que a prevenção é sempre melhor que a cura, esse dogma também prevalece quando se fala de crime, o conceito de prevenção da criminalidade se fundamenta nos mesmo imperativos que direcionam as ciências em geral, isto é, o objetivo de prevenir ou dispor de modo que impeça o dano ou mal, elaborando medidas ou providências com antecipação.

Beccaria em *Dos Delitos e das penas* já advertia que “é preferível evitar os crimes a que puni-los”. Plantão recomendava, que a educação principiava antes do nascimento da pessoa, através de medidas de eugenia, inclusive com a regulamentação dos matrimônios. (BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos das Penas*. 2002.p.201. e FERNANDES, Newton. *Criminologia Integrada*.2002. p.395).

Para (BECCARIA,2002), um dos fatores determinantes para a delinquência juvenil, podem estar relacionados com o meio ambiente, com a situação socioeconômica e também com as consciências doentes, caracterizadas por modelos psicológicos. Ou seja, existe uma série de fatores que possibilitam a delinquência juvenil, estando, ou não ligados entre si.

Ademais, seguindo os pensamentos de (MOLINA,2002), o crime não é um tumor nem uma epidemia, é um doloroso problema interpessoal e comunitário. Uma realidade que é muito próxima da comunidade, é que quem nasce na comunidade deve ter todos seus problemas resolvidos pela própria comunidade. Um problema social, em suma, com tudo que tal caracterização implica função de seu diagnóstico e tratamento. De outro lado, a prevenção deve ser contemplada, antes de tudo, como prevenção social, isto é, como mobilização de todos os setores comunitários para enfrentar solidariamente um problema social. A prevenção do crime não interessa exclusivamente aos poderes públicos, ao sistema legal, se não a todos, a comunidade inteira.

Trindade diz que, a partir de dados obtidos, pôde-se concluir que a presença do pai, a vinculação afetiva predominante sobre o pai e a frequência regular à escola forma, são fatores significantes na proteção à delinquência juvenil, especialmente se estiverem estreita conexão um com o outro, ou seja, se tais fatores se apresentarem de forma coesa, permanente e interativa, um dando de sustentação ao outro. O transtorno

de personalidade antissocial é caracterizado por um padrão invasivo de desrespeito e violação dos direitos dos outros, que inicia na infância ou começo da adolescência e continua na idade adulta. (TRINDADE, Jorge. Delinquência Juvenil.2002. p.166-167).

O Professor Evaristo de Moraes, expert em direito penal, já dizia que a prisão incrementa a criminalidade, devido aos nefastos efeitos, influenciando por contágio e por imitação. Por isso, já houve quem visse a prisão a mais poderosa e exuberante sementeira de delitos. Diz ainda, que a prisão degrada e tira do preso suas últimas energias com quem lutava contra a miséria e o abandono da sociedade. Volvendo à liberdade, mal vistos, cercados de prevenções, quase sempre menos hábeis nos seus ofícios, os egressos das prisões vão forçosamente engrossar as fileiras dos vagabundos.

Santos, afirma que entre os fatores exógenos ou sociais mais comuns, o sócio-ético-pedagógicos, a ignorância, a falta de educação e a falta de formação moral. Esses fatores levam os indivíduos à falta ou a falsa representação da realidade, educação, nunca é demais, é o processo pelo qual o indivíduo adquire a luz do saber e a experiência que lhe tornarão mais clara e eficiente à ação futura. Sem educação, e aqui se fala em educação integral, inclusive familiar e a formação moral, o indivíduo vive nas trevas e sujeito a se inclinar para o marginalismo e para o crime. (ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. Violência, exclusão social e desenvolvimento humano. 2006).

Desta forma a criminalidade está muito ligada a falta da educação e a falta da estrutura sociofamiliar, juntos podem mudar a vida de muitos criminosos e evitar que muita gente entre para a criminalidade, pois a educação e a estrutura familiar podem-se dizer que são a raiz mais profunda da criminalidade, sendo assim é a partir dessa raiz que árvore do crime organizado ganha força para crescer e acabar com tantas famílias no país.

3.2 A CRIMINALIDADE ATUANDO NAS CLASSES MENOS PRIVILEGIADAS

Outro grande problema citado por (HUNGRIA, 1956), em nossa sociedade é a diferença racial que está enraizada na nossa estrutura de sociedade, porque falar sobre a questão racial sempre foi tratar da pobreza, da classe social, dos excluídos, sem considerar o impacto do racismo na reprodução dos lugares sociais de subalternidade econômica, política e social e, sobretudo, sem reconhecer o papel decisivo do sistema de justiça criminal na produção de uma marginalização diferencial. Desse modo, sem propor uma crítica dos efeitos do racismo institucional nas trajetórias de negros e negras, a Criminologia Positivista, reatualizada em conjunto com as novas teorias sociais culturalistas, marxistas e weberianas no Brasil, seguiu validando a violência do Estado brasileiro, por meio de abordagens infundadas, prisões sem

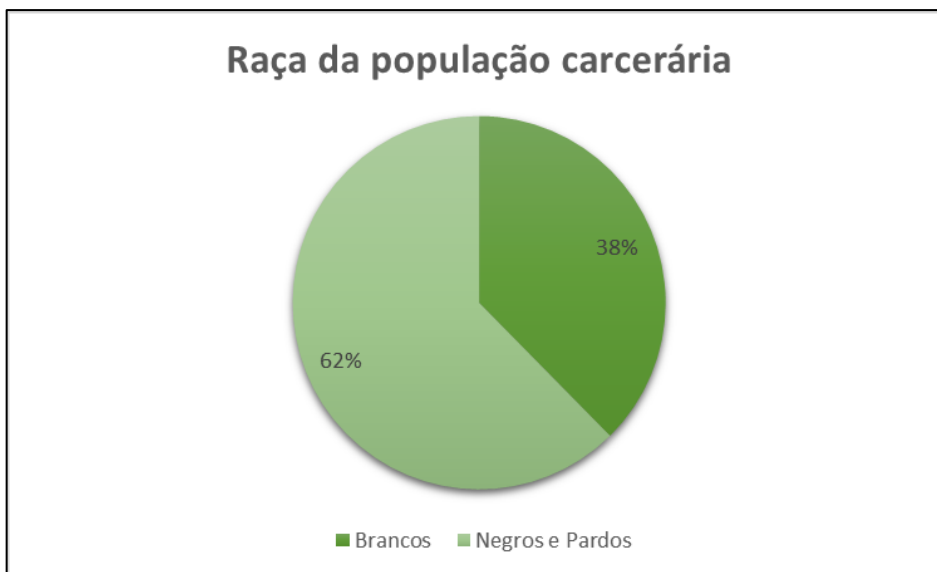
provas, métodos ilícitos de produção de prova, testemunhos tendenciosos, ausência de defesa eficiente, preconceitos na investigação, acusação, julgamento e validação das provas, entre outros.

O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sócias e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão dos quais são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são ‘expropriadas’, ‘dominadas’ e ‘convertidas’ em símbolos nacionais pelas elites dirigentes. (MUNANGA, 2004, p. 89).

Não obstante, para (ZUBERI; BONILLA SILVA, 2008), o novo momento que vivenciamos representa um atraso evidente, malgrado inúmeros textos pioneiros, como o apontado por Ortegá e Freitas. Primeiro, em relação ao próprio conjunto de trabalhos sobre relações raciais nos anos 1990/2000, marcado pelo renascimento de estudos fundados na coleta de dados empíricos, especialmente no âmbito da educação, os quais serviram para impulsionar propostas de construção de políticas públicas. E, ainda, em relação a estudos que produziram, quer na História ou na Sociologia, evidências de que o racismo é determinante na reprodução das hierarquias na sociedade brasileira. O debate sobre conceito de “raça”, a partir das suas dimensões históricas e sociais, afastou-se das noções que percebiam a racialização de grupos sociais como uma característica individual e subjetiva ou da mera denúncia do preconceito, muito comum às apropriações críticas brasileiras sobre a seletividade.

Segundo (DUARTE, 2016), o atraso maior foi produzido como causa e efeito do racismo institucional que ora se denuncia. Como apontam Prando (2016) e Freitas (2016), os vínculos entre teorias críticas, racismo e branquidade são capazes de demonstrar opções teóricas, escolhas metodológicas, esquecimentos e, especialmente, as conexões entre categorias analíticas e uma ordem normativo-hegemônica branca, masculina, burguesa e heterossexual.

Gráfico 3



Fonte: Depen, 2018

O gráfico acima, para (CARVALHO, 2013), demonstra como a realidade estrutural da sociedade e a desigualdade social, traz o resultado de ter praticamente o dobro de pessoas negras presas, desta forma demonstra que a população negra sofre grande preconceito até os dias de hoje, onde tudo que o povo afrodescendente já sofreu durante séculos e ainda sofrem nos dias atuais, a falta de oportunidade e de educação são outros problemas que o povo afrodescendente enfrenta e tenta a cada dia lutar pelo seu lugar na sociedade.

Há, portanto, segundo (DUARTE, 2017), uma mudança decisiva que conduz à descrença das teorias sobre a raça: o reconhecimento de que objeto de estudo deve ser o racismo, ao invés da raça, ou seja, de que o estudo dos comportamentos dos grupos raciais (especializados em suas identidades) deve dar lugar ao estudo do sistema de poder que exclui determinados grupos sociais.

Neste contexto, ao contrário do que ocorria anteriormente, o uso da raça pelos agentes públicos para a identificação de criminosos é denunciado como uma dimensão do racismo, um aspecto da seletividade desse sistema. Os afrodescendentes e indígenas não seriam mais criminosos, mas seriam mais vulneráveis diante da ação seletiva dos agentes do sistema de justiça criminal.

Desta forma, indo de encontro a (CARVALHO, 2013), o Estado, que é o órgão responsável por garantir todos os direitos aos cidadãos, não têm exercido seu papel de forma efetiva, principalmente nas áreas de maior vulnerabilidade, que são as comunidades, sendo que

seus moradores são pessoas que possuem menor renda e acesso as necessidades básicas. Além disso, é onde a criminalidade tem maior força e disseminação.

Por consequência da falta de políticas públicas e de controle do Governo, o poder paralelo acaba dominando as regiões de precariedade, sendo o único dos poderes que de alguma forma garante aos moradores o mínimo de dignidade. Sendo também o maior disseminador de ações criminosas vivenciadas no país, como o maior exemplo o tráfico de drogas. De tal forma que os chefes do tráfico se tornam referências aos que vivem em condições de vulnerabilidade social, transformando o menor em seu “aviãozinho” e os maiores em seus sucessores. Já que são eles o amparo dessa parcela da sociedade, os que acabam sendo os únicos capazes de enxergar e transformar tal realidade.

4. A EDUCAÇÃO COMO FORMA DE PREVENÇÃO

A educação é a grande arma para o combate à criminalidade, a partir do momento que o Brasil tiver uma educação escolar e social forte o número da criminalidade irá cair de forma brusca, pois quando os cidadãos tiverem um ensino de qualidade e oportunidades de terem um emprego e uma vida melhor, o crime irá perder sua força, que é recrutar pessoas que acham que não tem espaço no meio da sociedade, que acham que para ter dinheiro e conseguir seus objetivos só conseguirá através da criminalidade.

O pensamento crítico toma com seu objeto os elementos constantes das estruturas, das instituições e dos processos globais, sociais, ideológicos e políticos, o que é legítimo e necessário para compreensão dos fenômenos sociais, educacionais e culturais. Porém, essa mesma ênfase pode levar, e por vezes tem levado, à marginalização da concretude da prática social e educativa. (PORTO, Maria Stela Grossi. Sociologia e Realidade. 2006.p.333).

A educação é a luz da Constituição Federal do Brasil é tratada como direito de todos e é dever do Estado, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento do cidadão e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação do seu trabalho, desta maneira a educação se torna a luz no fim do túnel para resolver vários problemas da nossa sociedade e colocar o nosso país em um lugar muito melhor para se viver.

O âmbito da influência com caráter de dominação sobre as relações sociais e os fenômenos culturais é muito maior do que parece à primeira vista. Por exemplo, é a dominação que se exerce na escola que se reflete nas formas de linguagem oral e escrita consideradas ortodoxas. Os dialetos que funcionam como linguagem oficial das associações políticas autocéfalas, portanto, de seus regentes, vieram a ser formas ortodoxas de linguagem oral e escrita e levaram às separações ‘nacionais’ (por exemplo, entre a Alemanha e a Holanda). Mas a dominação exercida pelos pais e pela escola estende-se para muito além da influência sobre aqueles bens culturais (aparentemente apenas) formais até a formação do caráter dos jovens e com isso dos homens (WEBER, 1994, p.141).

O Estado deve intervir positivamente na formação educacional do indivíduo, a fim de participar na formação de um cidadão pronto para conviver em sociedade, conscientizando-os de suas responsabilidades referente a segurança pública.

Ademais, para (PAULO FREIRE, 1974) a educação é crucial para a formação do indivíduo e influencia seus atos e atitudes no decorrer de toda vida. Desta maneira a educação pode transformar uma realidade conhecida, por mais injusta e desigual que for, mas pra isso é necessário uma educação com conteúdo crítico, libertador, que mostrasse a cada um a

possibilidade de mudança, desta forma trata-se de aprender a ler a realidade não apenas para adaptar-se mas para poder recriá-la e transformá-la, a aprendizagem é o meio mais correto para transformar a realidade com consciência, a partir do momento que a pessoa aprender a ler o mundo a sua volta ela poderá transformá-lo. Sendo assim o cidadão ao saber ler a realidade terá consciência de sua responsabilidade e de seu papel na sociedade, o indivíduo não se sentirá motivado a envolver-se com o crime, seja como vítima, ou como autor.

Desta maneira faz todo sentido propor que o ensino escolar seja adequado à realidade e às necessidades básicas do cidadão brasileiro, então seria de grande valia implantar dentro da educação matérias relativas a educação no trânsito, informações sobre os crimes cibernéticos, violência doméstica, drogas, homicídio, feminicídio entre outros.

Desta forma a segurança pública deve ser incluída no plano de educação, pois quando se traz para dentro da sala de aula um problema tão grave da sociedade e ensina o que é correto, a chance dos anos alunos que ali estão a cometer algum dos crimes citados acima, cai de maneira brusca, pois eles terão consciência que cometer qualquer crime é muito errado, podendo assim transformar os adultos do futuro em cidadãos melhores.

Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar. (FREIRE, 1996, pag.37).

A educação, como processo social, varia bastante, primeiramente pelas diversas formas e maneiras que dão origem a diversos sistemas nacionais de educação, variando de indivíduo para indivíduo, pois tem que se considerar a individualidade quando se fala em educação, variando de acordo com o lugar, o tempo e as condições socioeconômicas.

Mas, para (AFONSO, 1989), apesar de levar todos esses fatores que influenciam e determinam as características da educação de um determinado povo, sempre há um objetivo comum entre o intuito da educação que o de fazer com o que indivíduo se desenvolva intelectualmente se adapte e conviva harmonicamente na sociedade da qual o indivíduo faz parte, para chegar a esse objetivo começa a ser transmitido de geração para geração os costumes, as práticas, os valores e conhecimentos existentes em determinada sociedade e julgar necessários para manter sua identidade e continuidade.

Porém, de acordo com (LIBÂNEO, 2002), para se conseguir atingir a harmonia coletiva é necessário que a educação tenha um modo de condução para cada indivíduo. Por exemplo,

não tem como querer uma sociedade justa, democrática, solidária, e racional se na formação e na educação de cada cidadão que compõe a sociedade não tiver os valores necessários introduzidos na sua formação como cidadão.

Desta forma não se pode cobrar de um morador de favela as mesmas atitudes de uma pessoa que mora na Zona Sul, pois a dificuldade, os ensinamentos, as oportunidades, o meio social, são completamente diferentes, então a educação passa ser a mudança pois se tivermos a mesma educação ensinada em todo o país a sociedade terá a mesma base para construir uma sociedade com menos violência e criminalidade, onde é o ponto crucial proposto nesta monografia, mostrar que o problema da criminalidade começa na formação do indivíduo e que a educação é o principal caminho para se criar um cidadão de bem.

Para (AFONSO, 1989), o processo da educação do indivíduo ocorre durante toda sua vida. Desde do nascimento, o indivíduo começa a ser educado passando a adquirir conhecimento, valores e habilidades em diferentes ambientes da sociedade a qual ele já pertence. Esse processo que se inicia no nascimento e dura por toda sua existência. Muitos estudiosos divergem sobre o assunto, colocando diversas formas de aprendizagem, sendo elas a educação formal, educação não- formal e educação informal.

Por educação formal, entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada sequência e proporcionada pelas escolas, enquanto a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último a educação não-formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que diz respeito à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto. (Afonso, 1989, pag. 88).

Desta forma o resultado desta variedade de formas de aprendizagem, é o fator determinante para formação plena do indivíduo. A educação obtida, idealmente deveria estar voltada para a construção de valores intelectuais e morais com objetivo de formar indivíduo com consciência de qual papel exercer na sociedade, tendo total compreensão do seus direitos e deveres, buscando criar um respeito mútuo e valorização da convivência em sociedade.

Conforme (LIBÂNEO, 2002), na maioria dos países desenvolvidos, cabe ao Estado o papel de incentivar, contribuir e participar da educação do indivíduo, para que os objetivos da convivência em sociedade sejam alcançados e o desenvolvimento dos países continuem crescendo através da educação que é tratada como primordial no desenvolvimento do país. Usando como principal método a educação formal a melhor maneira que o Estado encontra para participar da educação do indivíduo.

O Brasil tem sua principal participação através da educação escolar, que é expresso através da Constituição Federal, em seu art 205 e na Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado (grifo meu) e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

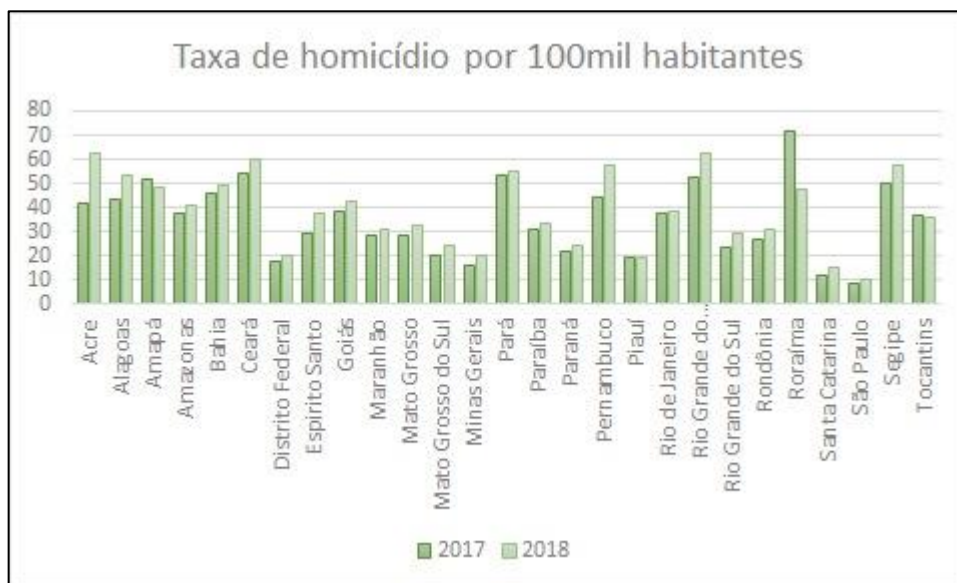
Art. 1° A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1° Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2° A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Art. 2° A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LEI DAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, 1996).

Além disso, para o mesmo (LIBÂNEO, 2002), a lei das diretrizes e bases da educação de 1996 exposta acima, demonstra que ao disciplinar a educação escolar, deixa explícito o objetivo do Estado de participar da educação dos cidadãos brasileiros, desta forma a educação brasileira é formada pela educação infantil, pelos ensinos fundamental e médio e pela educação superior. Entretanto o grande problema do Brasil é que essa educação não chega de maneira igual para todos, o ensino público é bem inferior ao ensino das escolas particulares, desta maneira o nível entre os alunos de escolas públicas e privadas ficam desnivelados, mostrando um dos grandes problemas para os indivíduos de todas as classes terem as mesmas oportunidades.

É preciso que a escola contribua para uma nova postura ético-valorativa de recolocar valores humanos fundamentais, como a justiça, a solidariedade, a honestidade, o reconhecimento da diversidade e da diferença, o respeito à vida e aos direitos humanos básicos, como suportes de convicções democráticas. (LIBÂNEO, 2002, pag.7).

Segundo (NUNES, 1989), os problemas que assolam a sociedade brasileira, entre os principais a criminalidade e a violência, que tem como principal aliado a falta da educação de qualidade e a falta de educação social do indivíduo, fortalecendo ainda mais a violência e a criminalidade que se fortalece através do ponto fraco da sociedade, que a partir do momento que o Estado não chega com o mínimo para um indivíduo sobreviver, a criminalidade toma conta. Muitas pessoas perguntam porque a maioria dos moradores das comunidades apoiam os bandidos, isso se deve por culpa do próprio Governo que não faz nada pelos moradores, enquanto isso a criminalidade dá algum suporte para esses moradores quando necessitam.

Gráfico 4

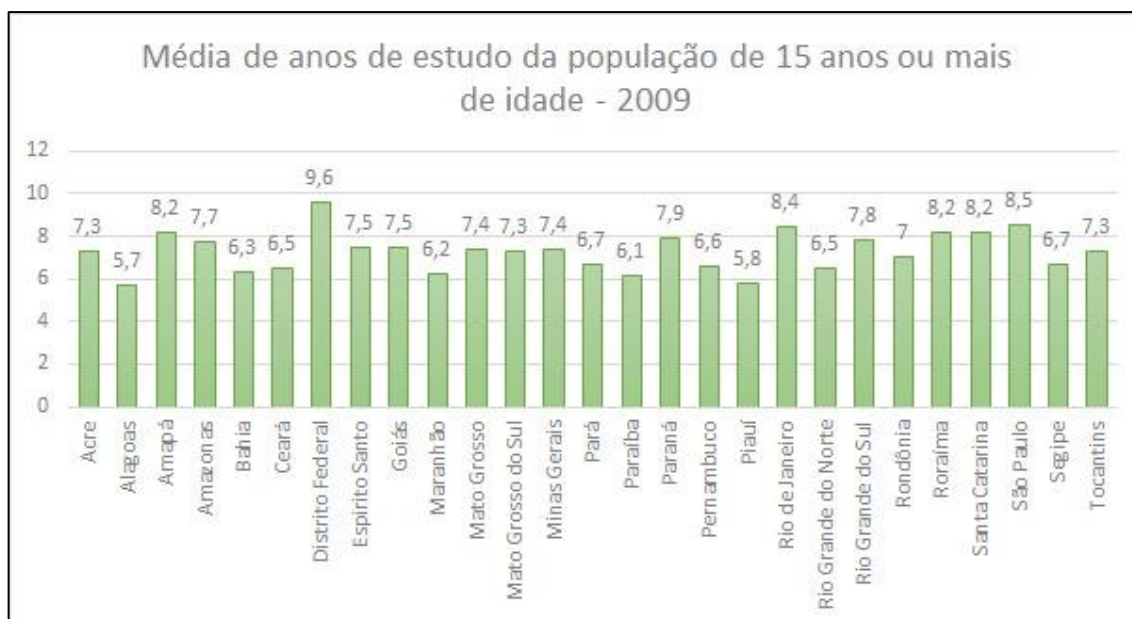


Fonte: PNAD Microdados (Elaboração Ipea), 2018.

Segundo o (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2018), o gráfico exposto acima demonstra a taxa de homicídio por 100 mil habitantes entre os anos de 2017 e 2018, desta maneira é possível visualizar que os Estados de Roraima, Acre, Rio Grande do Norte e Ceará são os que tem o maior número de homicídio, desta forma os dados levantados demonstram que temos 3 Estados do Norte liderando a taxa de homicídio do Brasil, com tudo isso podemos chegar à conclusão que existe um problema muito sério de segurança pública na região. Desta maneira a região passa por momentos muito difícil com o alto índice de criminalidade e a população se sente insegura com o aumento de homicídio.

Podemos comparar o gráfico da taxa de homicídio por Estados, com outro gráfico que mostra a taxa de escolaridade, para se chegar à conclusão de como a educação pode diminuir a criminalidade brasileira.

Gráfico 5



Fonte: I BGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Nessa comparação, pelo (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2018), podemos verificar que os Estados que no Gráfico da taxa de homicídio estavam liderando o ranking, no Gráfico da taxa de escolaridade estão com uma média bem abaixo, o caso do Rio Grande do Norte que é uma das cidades mais violentas, porém no quesito de educação tem apenas 6,5 da média nacional, isso demonstra que onde a educação não chega com qualidade a criminalidade toma conta, isso demonstra que as cidades do Norte tem um baixo índice de educação, desta maneira se explica o grande índice de criminalidade na região.

Em contra partida, segundo (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2018), o Distrito Federal tem a maior taxa de escolaridade que chega aos 9,6 e está entre os Estados com o menor índice de homicídio do país, comprovando que a educação ela pode prevenir de forma eficaz a criminalidade e a violência no país, sendo assim a partir do momento que os governos dos Estados começarem a investir mais na educação a realidade dessas regiões será totalmente diferente, fazendo que a população tenha mais oportunidade e mais segurança pra se viver.

Em concordância com (JEAN PIAGET, 1977), que tinha como um dos seus principais pensamentos que a partir do momento que se fortalece a educação e a formação moral do indivíduo, a partir do momento que fortalecer a educação desde de criança, a chance de ter um adulto fora do crime é muito maior, porque a partir do momento que se influenciar o desenvolvimento da criança, introduzindo noções de cidadania, de direitos e deveres, de responsabilidade social e noção das consequências que os atos individuais pode causar para si

próprio e para a sociedade em um todo, desta forma se formará um adulto que vai saber o que traz mais vantagem para sua vida, assim o crime ele não irá conseguir fazer com que essa criança ou adulto entre para o seu movimento.

Não tenho dúvida de que cabe à escola um lugar de destaque no alargamento das condições de exercício da cidadania e o domínio da 'norma culta' (no plano da linguagem) e dos conhecimentos, hábitos e comportamentos mais valorizados socialmente (dos quais uma boa parcela é veiculada pela escola). (NUNES, 1989, pag.36).

Segue o mesmo pensamento de Jean Piaget o (ÈMILE DURKHEIM, 1984), ele enfatiza a importância da escola na educação e na formação do caráter da criança, onde a escola é responsável pelo ingresso da criança na sociedade, pois a escola é o primeiro contato que a criança têm com regras e o convívio em coletividade, a partir daí a criança rompe aquele mundo que ela tinha vivido até ali que era o seio familiar, desta forma a escola demonstra uma nova esfera da vida social para aquela criança que se encontra no seio escolar.

A sociedade solicita que a educação assuma funções mais abrangentes que incorporem em seu núcleo de objetivos a formação integral do ser humano. Essa proposta educativa objetiva a formação da cidadania, visando a que alunos e alunas desenvolvam competências para lidar de maneira consciente, crítica, democrática e autônoma com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura e com os sentimentos e as emoções presentes nas relações que estabelecem consigo mesmos e com o mundo à sua volta. (ARANTES, 2003, pag.157).

Levando em conta todos os pensamento desta visão de educação, uma disciplina sobre a segurança pública em escolas de diferentes níveis no sistema educacional brasileiro não seria apenas mais um conteúdo nas grades curriculares que já foi tantas vezes modificadas para atender aos interesses específicos, seria uma disciplina que traria um novo rumo na formação do caráter do cidadão, tratando de vários assuntos que envolve a segurança pública em todo tipo de comunidade, ensinando sobre os crimes e mostrando como se deve agir em situações que a criminalidade esteja agindo, desta forma teríamos crianças e futuros adultos muito mais preparado para a sociedade.

4.1 A EDUCAÇÃO NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS

De acordo com (ALMEIDA, 2006), a educação nos países desenvolvidos demonstra como o grande investimento na educação pode mudar a vida da população e diminuir a criminalidade, além de fazer com que o país tenha muito sucesso em seu desenvolvimento. O Estados Unidos por exemplo tem uma estrutura de educação diferente do Brasil, lá a educação

é fornecida e controlada primeiramente por três níveis governamentais diferentes: federal, estadual e local. As escolas públicas em geral são administradas por distritos escolares, estas que são administradas por conselhos escolares, sendo assim os padrões educacionais são responsabilidade dos departamentos de educação de cada Estado.

Além disso, para o mesmo (ALMEIDA, 2006), a idade onde o atendimento escolar é compulsório varia de Estado para Estado. Crianças são obrigadas a frequentarem a escola até a idade de 16 anos (ou até a finalização do segundo grau), na maioria dos Estados. Estudantes podem escolher em estudar em escolas públicas, privadas e domésticas. Nas escolas públicas e privadas a educação está dividida em três níveis elementar (*elementary school*), média (*middle school*) e secundária (*high school*).

Os Estados Unidos possuem uma população relativamente educada. Estima-se que 99% da população americana seja alfabetizada em 2003, havia 76,6 milhões de estudantes atendendo a escola, destes, 72% entre 12 e 17 anos de idade foram consideradas academicamente no caminho pela sua idade. 5,2 milhões (10,4%) dos estudantes frequentam escolas privadas. Entre a população adulta, mais de 85% da população americana possui um diploma de segundo grau, e 27% possui um diploma de ensino superior. O salário médio de estudantes com um diploma de educação superior é de 45,5 mil dólares, mais do que dez mil dólares acima da média. O gasto anual com a educação chega a US\$ 69,4 bilhões, com uma população de alunos 76,6 milhões (ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. Violência, exclusão social e desenvolvimento humano. Estudo em representações sociais. 2006.)

Todos esses dados demonstram que o investimento na educação nos Estados Unidos é muito grande, desta forma a população tem muito mais chance de crescer na vida e ganhar salários que fazem ter uma vida estável, dessa forma o crime não tem tanta força, então comprova que quanto mais alta a escolaridade, menor é a chance de o indivíduo entrar para o crime.

4.2 A EDUCAÇÃO, O ÚNICO CAMINHO PARA COMBATER A CRIMINALIDADE

Conforme (ROCCA, 2007), a educação é o único processo capaz de estimular a construção de um novo humanismo no qual os seres humanos sejam capazes de buscar, em seu universo anterior, os valores autênticos que não mais façam sentir-se sem-terra em suas próprias terras, e sem tetos em suas próprias casa. Desta maneira à luz do processo de planetarização da existência humana, que sem educação não se constrói a convivência pacífica entre indivíduos e povos, no respeito às diferenças e na luta permanente pela superação das desigualdades. Esse dúplice da educação, a expansão da personalidade individual e a abertura para compreensão e

o respeito pelas diferenças que permite a construção de um ambiente de convivência harmoniosa em nível de mundo.

O Brasil detém a terceira pior renda de desigualdade de renda dentre 162 países do mundo. O índice de desenvolvimento humano (IDH) médio do Brasil, determinado por indicadores de renda, educação e saúde, é 0,739 o que coloca o país na 79ª posição dentre os mesmos 162 países acima referidos. (POCHMANN, Marcio. Atlas da exclusão social do Brasil. 2003.p.124.).

Para (FERNANDES, 2002), a educação sempre está na pauta de políticas públicas de prevenção ou redução da criminalidade juvenil. Essas compõem a base do trabalho com o jovem, para retirá-lo do mundo do crime ou do envolvimento com atos de violência ou criminalidade. O instrumento principal, com certeza, é o sistema educacional, porém é preciso melhorar a qualidade do sistema público de ensino, tendo em vista que ainda há muitos entraves no sistema educacional e a maior dificuldade se encontra em criar normas, incentivos, metas, materiais, treinamentos que movimentam a cadeia educacional.

Soares chama atenção para a falta de oportunidades quando diz que não haverá país nenhum enquanto parte significativa da juventude, sem acesso a uma educação digna, for empurrada ladeira abaixo para o desemprego, o subemprego e as sub- economias da barbárie. (SOARES, Luiz. Juventude e Sociedade. p.103).

É preciso que os agentes sociais se conscientizem de que a criminalidade e violência são também questões de saúde pública. Isso porque a saúde possui ainda um papel estratégico na constituição de uma rede de atendimento e apoio às vítimas de violência, na medida que constituem como importante porta de entrada de atendimento das vítimas. (MAGALHÃES JUNIOR, a violência urbana em belo horizonte: o olhar da saúde e as possibilidades da intervenção intersensorial. 2006. p.37).

Ainda sob essa perspectiva, segundo (SÍLBERMAN, 2004), é importante reforçar que a violência não é um componente intrínseco da condição humana e se previne com grande quantidade de instrumentos dirigidos aos indivíduos, as famílias e as comunidades. Por exemplo, como complemento das ações legais e dos aparelhos de segurança, se propõe uma aproximação dos fundamentos sociais, psicológicos, econômicos, e comunitários da violência, dotando os responsáveis políticos de variadas alternativas concretas para preveni-la.

É preciso antes de mais nada, exorcizar espectros e estigmas, preconceitos e simplificações. É preciso com urgência e coragem intelectual debruçar-se sobre o drama da juventude brasileira e esforça-se por compreendê-lo, abrindo a cabeça e o coração. (SOARES, Luiz. Juventude e Sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação. 2004. p. 132).

Em concordância com (KALOUSTIAN, 1988), a família deve, portanto, se esforçar em estar presente em todos os momentos da vida de seus filhos. Presença que implica envolvimento, comprometimento e colaboração. Deve estar atenta a dificuldades não só cognitivas, mas também comportamentais. Deve estar pronta para intervir da melhor maneira possível, visando sempre o bem de seus filhos, mesmo que isso signifique dizer sucessivos “nãos” às suas exigências. Em outros termos, a família deve ser o espaço indispensável para garantir a sobrevivência e a proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como se vêm estruturando.

Além disso para (MAGALHÃES, 2006), a relação dos pais com os filhos, as ações e atitudes dos filhos em casa ou na escola, a própria responsabilidade da família na educação dos filhos, dentre outros assuntos pertinentes à relação familiar, são temas que poderão fazer parte dos conteúdos programáticos da disciplina proposta, cuja execução exigirá sintonia e um contato constante com a família do educando.

A disciplina relativa à dimensão da segurança pública, proposta nesta monografia, teria como objetivo fomentar a participação da escola e da família na educação das crianças, adolescentes e jovens e a interação entre ambas, uma vez que, entre os conteúdos a serem tratados na nova disciplina, a relação familiar estará sempre em evidência.

Na perspectiva educacional de (SOARES, 2004), que fundamenta esta proposta, é bastante válida a ideia de utilizar-se da educação formal como facilitadora na redução da violência e da criminalidade. Sua concepção e execução exigiram uma participação mais direta tanto do poder público, quanto da família dos educandos. Como resultado desse compromisso, além da redução efetiva da criminalidade, todos seriam beneficiados, ou seja, o Estado diminuiria seus gastos com a segurança pública e a população veria nela reduzidos o medo do crime e a insegurança.

5. CONCLUSÃO

Como exposto ao longo desta monografia, a segurança pública e uma preocupação nacional. Segundo, (ALMEIDA, 2006) a criminalidade e a violência estão enraizadas na nossa estrutura social desde de quando o nosso país foi encontrado pelos portugueses, fazendo o povo que aqui vivia de escravos e trazendo muitos povos africanos para viver em situações desumanas. Onde vários escritores relatam sobre esses momentos de uma grande mancha na nossa história.

Diferentes estudos buscam explicar as causas da criminalidade, são vários os problemas levantados como foi exposto em toda a monografia, os problemas sociais, a desigualdade social, a falta de educação de qualidade, o Poder público sem tomar as atitudes necessárias para diminuir a criminalidade e a falta de oportunidade para todos. Desta forma a formação do indivíduo pode influenciar muito a visão que ele tem sobre o crime, desta forma a tese defendida nesta monografia demonstra que apesar de todos esses problemas que facilita a entrada do indivíduo na criminalidade, o papel positivo de uma educação forte e de qualidade sobre todos os assuntos pode ser o caminho para diminuir esse crescimento da criminalidade.

Todavia a criminalidade toma conta das comunidades e comandam todos que moram naquelas localidades, tendo em vista que a criminalidade se torna o Governo para todos que residem ali, pois os governantes não chegam oferecendo o mínimo de dignidade para a população, sendo assim o crime chega se aproveitando justamente dessas fragilidades que o governo não oferece, sendo assim o crime tende só a crescer, fazendo que a cada dia que passe mais um jovem sem esperança e achando que o único meio dele ter poder e conseguir as coisas que quer, são através de entrar para o comando.

Segundo, (FREIRE, 1996) a tese parte da premissa que a formação do indivíduo é a parte fundamental para que ele decida em entrar no crime como opção de vida. A partir do momento que a educação ensinada nas escolas, começar a mostrar quais são as consequências do crime, como deve se comportar diante de um ato de violência, a partir do momento que esses assuntos forem ensinados desde o primeiro contato de sociedade que uma criança tem que é a escola, desta maneira teremos cidadãos inseridos positivamente nas estruturas sociais de quem fazem parte. Mostrando que o ideal que cada um tenha a dignidade como cidadão, e mostrando que o crime não compensa em nenhuma circunstância, seja pessoal, familiar ou social.

Como foi exposto nos dados levantados essas ações efetivas e uma educação forte, conseguem diminuir a criminalidade e melhorar a qualidade de vida da população brasileira. Para isso foi demonstrado no capítulo 2 e 3 que a educação junto com programas preventivos são ótimos caminhos para a prevenção a criminalidade, pois como se diz na medicina é melhor

prevenir do que remediar, desta forma é mais fácil evitar que uma pessoa entre para o crime, do que resgatar ela do meio do crime.

Assim de maneira muito abrangente como foi sugerido, a inclusão de uma disciplina escolar na grade das escolas tendo como principal assunto a segurança pública e o ingresso do indivíduo na sociedade em todos os níveis de ensino, buscando um impacto permanente e continuado na vida dos jovens, incluindo crianças, adolescentes matriculados pelo Brasil, integrando todos com as políticas do governo Federal, Estadual e Municipal sobre o crime e a violência e assim melhorando a segurança pública.

Um lema da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) afirma que "Se as guerras nascem na mente dos homens, é na mente dos homens que devem ser erguidas as defesas da paz". Essas defesas podem ser criadas e fortalecidas a partir da educação, sobretudo da educação formal. Esta monografia foi realizada como uma contribuição para apressar a consecução deste objetivo no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal

BRASIL. **LDB** - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI No . 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.

PAIVA, Thais. **Darcy Ribeiro e a defesa da escola pública**. [S. l.], 9 nov. 2018. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/darcy-ribeiro-e-a-defesa-da-escola-publica/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

SILVEIRA, Andréa Maria; ASSUNCAO, Renato Martins; SILVA, Bráulio Alves Figueiredo da and BEATO FILHO, Cláudio Chaves. **Impacto do Programa Fica Vivo na Redução dos Homicídios em Comunidade de Belo Horizonte**. Rev. Saúde Pública [online]. 2010, vol.44, n.3, P 496-502.

SOUZA, N. (Org.). **Catolicismo em São Paulo - 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo, 1554 a 2004**. São Paulo: Paulinas. 2004.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. Tradução de Elzon Lenardon. 2ª edição. São Paulo: Summus, 1994.

PAIVA, J. M. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Cortez, 1982.

PEETERS, F; COOMAN, M. A. **Pequena História da Educação**. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

NUNES, Clarice. **Escola e Cidadania: aprendizado e reflexão**. Salvador: Oea UFBA EGBA, 1989.

REDAÇÃO, Da. **7 educadores brasileiros fundamentais para compreender a educação integral**. [S. l.], 3 jan. 2017. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/7->

educadores-brasileiros-fundamentais-compreender-educacao-integral/. Acesso em: 22 ago. 2020.

PEREIRA, Luiz e FORACCHI, Marialice M., **Educação e Sociedade: Leituras de sociologia da educação**. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1976.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MENDES, José Antônio. **Análise das dificuldades e soluções encontradas pelos instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), 44 durante o desenvolvimento do Programa, na Quarta Região da Polícia Militar de Minas Gerais, no ano de 2007**. Monografia apresentada à Fundação João Pinheiro e à Academia de Polícia Militar, como requisito parcial de aprovação no Curso de Especialização em Segurança Pública, 2008. P. 129.

LIBANEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** 6º ed. São Paulo, SP. Cortez, 2002.

KALOUSTIAN, S. M. **Família Brasileira, a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

‘

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 11ª ed. São Paulo: Nacional, 1984.

ARANTES, Valéria Amorim. **Afetividades na Escola, Alternativas Teóricas e Práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

ATLAS da Violência **2020 - Principais Resultados**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/27/atlas-da-violencia-2020-principais-resultados>. Acesso em: 28 ago. 2020.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar**. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

AFONSO, Almerindo Janela. **Sociologia da educação não-escolar: reactualizar um objeto ou construir uma nova Problemática?**. In: A. J. Esteves. *A Sociologia na Escola: Professores, Educação e Desenvolvimento*. Porto: Afrontamento, 1989. P. 81-96.

CARVALHO, Leandro. **Colonização do Brasil**. 20--?. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/colonizacao-brasil.htm>. Acesso em: 13 set. 2020.

CUNHA, Juliana Oliveira. **O efeito da educação integral na criminalidade de jovens: uma análise do programa mais educação**. 2017.

NISKIER, A. **Administração Escolar**. Porto Alegre, RS: Tabajara, 1969.

PAIVA, Thais. **Paulo Freire: a educação como prática da liberdade**. [S. l.], 14 nov. 2018. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/paulo-freire-a-educacao-como-pratica-da-liberdade/>. Acesso em: 22 ago. 2020.



FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS ALVES FORTES

Acadêmico(a):

Título

da

Monografia:

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro que o conteúdo do Trabalho de Conclusão de Curso por mim elaborado e defendido junto à Banca Examinadora não contém partes que configuram plágio parcial ou total, cuja autoria não pertença exclusivamente a mim. Assim, sendo, está a Faculdade de Ciências Gerenciais Alves Fortes, eximida de quaisquer responsabilidades inerentes a direitos autorais de terceiros sobre o trabalho ora defendido, responsabilizando-me pelo seu inteiro teor e pela veracidade das declarações ora prestadas.

Além Paraíba, _____ de _____ de 2020.
